

Civilização

Quarup

Miséria institucionalizada dizima índios

Omar Landi

Em 1986, precisamente em 9 de março, escrevi um artigo para um jornal local: Os Índios Cruzados. Dominado pela euforia do Plano Cruzado, eu criticava o governo, justificando que o pacote econômico, que tanto tinha favorecido o povo, não tinha atingido os nossos irmãos índios. Doce ilusão. Cá estamos nós outra vez, quatro anos mais tarde, com um novo pacote e os nossos irmãos índios cada vez mais desafinados com os planos econômicos do governo, mais isolados e discriminados pela sociedade nacional.

O processo civilizatório brasileiro não permite que as sociedades indígenas sobrevivam, ou mesmo, como quer o nosso governo e a Fundação Nacional do Índio, se integrem na sociedade nacional.

Quando falamos de índios, logo nos lembramos da nossa Amazônia e os colocamos como habitantes da floresta, ou pensamos na figura exuberante do grande homem do Xingu — o Raoni — com os seus lábios enfeitados pelo badoque labial, que a Rede Globo tanto explorou junto ao seu amigo roqueiro, um tal de Sting.

Esquecemo-nos de que, no Brasil, existem índios em todo o território nacional, com uma população, hoje, de mais ou menos 230 mil pessoas, que, mesmo nos chamados estados desenvolvidos ou no "sul maravilha", estão na pior situação de miséria.

No Estado de São Paulo, os índios do litoral praticamente sobrevivem da venda do artesanato, disputando mercado com artesãos "civilizados", e, como diria a nossa ministra da Economia, sem a total falta de liquidez. Esta situação não muda nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É a miséria institucionalizada.

Os nossos irmãos do Norte ainda têm o privilégio de sobreviver com a coleta da floresta, "onde há floresta", e da caça, porém estão sendo dizimados pelo contato indiscriminado com os garimpeiros, que, empurrados pelo desespero, tentam a raspadinha do ouro. Como sabemos, os índios de contato recente com o homem branco não têm resistência às doenças do mundo chamado "civilizado", por isso morrem de gripe, sarampo, tuberculose, malária. Logo, com o contato da frente de expansão brasileira, estão condenados a sucumbir por estas doenças.

Vermo-nos em tal situação é mutio fácil, se pensarmos na insólita certeza de sobrevivência em que se encontram os índios Ianomami, em Roraima, nação que há cerca de sete ou oito anos era a maior nação indígena isolada do Brasil.

O Brasil tem hoje 150,3 milhões de habitantes e continua sendo o país mais populoso da América do Sul. Se pensarmos na população indígena, diante da população brasileira, realmente temos aí uma minoria étnica.

A população do Brasil, projetada para o ano 2025, é de 245 milhões de habitantes,



com uma taxa de crescimento anual de 1,9% contra 2,1% dos demais países em desenvolvimento. O número está longe das nações desenvolvidas — 0,5% —, mas indica um caminho seguro, principalmente para um país onde, em 1941, o presidente Getúlio Vargas decretava cobrança de 10% de imposto adicional para solteiros e viúvos acima de 25 anos.

O Brasil já atende às recomendações do Fundo Para a População da ONU para os países em desenvolvimento. Entre as recomendações do relatório deste ano (O Estado da População Mundial — 1990), consta que deve haver uma queda na média mundial de fertilidade, hoje situada em 3,9 filhos por mulher, para 3,2 filhos, entre os anos de 2.000 e 2.025. As mulheres brasileiras já chegaram a essa faixa de fecundidade. No Estado de São Paulo houve uma queda de fecundidade nos últimos sete anos de 25%, segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

Segundo o Fundo Para a População das Nações Unidas, a população que, hoje, é de 5,3 bilhões de habitantes, deverá dobrar até o final do século e chegar à casa dos 11 bilhões.

Trata-se de um salto nunca visto na histó-

ria da humanidade. Foram necessários 35 mil anos para se alcançar o primeiro bilhão, outros 120 anos para o segundo bilhão, 32 anos para o terceiro, 15 anos para o quarto, 13 anos para o quinto. E já, em 1998, nascerá o cidadão de mundo número seis bilhões.

Hoje, vêm ao mundo três crianças por segundo, ou 250 mil por dia — mais ou menos a população indígena brasileira. Em 1.500, tínhamos no Brasil uma população indígena de aproximadamente 5 milhões de índios. Hoje ela não passa das 230 mil pessoas. Logo, foram extintos 1 milhão de pessoas por século. Seguindo esta estimativa, no ano de 2.025, não deverá existir um só índio no território brasileiro, se não repensarmos a política indigenista deste país.

No país do cruzado novo e do cruzeiro, da inflação estimada, da prefixação e da livre negociação de salários, os dados da população indígena ainda são os coletados pelo Conselho Indigenista Missionário, que perdura por duas décadas, onde dizia que a população indígena estava assim dividida: 100 mil adotados pelas diversas igrejas, 100 mil sob o patrocínio da Funai e 30 mil ao Deus dará, quer dizer, ainda não foram contactados pelo homem branco.

Lembrando que quando foi feito tal recenseamento, a situação do grupo Ianomami ainda não era tão desesperadora e não tínhamos a mineração tão espalhada no Amazonas como hoje. Talvez estes dados já estejam bem superados.

O órgão responsável pelo atendimento aos nossos irmãos índios, hoje, está subordinado ao Ministério da Justiça e, antes, ao Ministério do Interior.

O nosso Secretário do Meio Ambiente, na capital do Terceiro Mundo, em Washington, dizia, na semana passada, que a Funai deveria ser extinta e criada uma se-

cretaria diretamente ligada ao presidente da República ou à Secretaria do Meio Ambiente.

A questão indígena, segundo o atual governo, está simplesmente ligada a enxugar a máquina da Funai, ou a vincular a proteção dos índios à Presidência, ou mesmo a uma secretaria, encobrindo toda a vergonha que é a política indigenista deste país.

Os índios são divididos em mais de 170 nações, cada uma com uma peculiaridade própria e, mesmo com o contato do branco, com especificações próprias do lugar da região onde habita e com o grau de integração dos brasileiros que com eles convivem.

Dentro do mensalão, do Leão, do bloqueio do cruzado, com 12% da Amazonia desmatada nos últimos dez anos, segundo o Banco Mundial, fica realmente difícil para o brasileiro pensar no seu irmão índio.

Como sabemos, o governo brasileiro está em combate corpo a corpo com a famigerada inflação e num desespero para conseguir que o Brasil se torne uma nação em desenvolvimento, evitando uma grave recessão. Todo este trabalho impede que a nação se preocupe com causas menos nobres e de interesse nacional relativo. É por isto, acredito eu, que a questão indígena dentro do governo atual não foi ainda tratada com todo o carinho que merece. Desde que me conheço por gente que o governo brasileiro fala em demarcar os territórios indígenas brasileiros. Isto ainda não aconteceu. Faz só 400 anos que existe esta promessa. Porém, vamos acreditar que logo que se estabilize a economia brasileira o atual governo passe a demarcar as reservas indígenas. Já é um bom começo para evitarmos que os nossos irmãos índios, que estão no Brasil há milhares de anos, não passem a ser apenas comentados nos livros de história nas próximas décadas.